Portaria nº 617/2016-CGP/SUSIPE Belém, 05 de outubro de 2016.

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE
EXCLUIR o Processo nº 3869/2016 – CGP/SUSIPE, referente à fuga do preso CLEITON ASSUNÇÃO PANTOJA DE SOUZA, em 16/11/2015, na Central de Triagem de São Braz, **da Portaria nº 444/2016 – CGP/SUSIPE, datada de 21 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33181, do dia 01 de agosto de 2016**, em razão de equívoco da Secretaria da CGP quando da confecção da Portaria de Decisão.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.
 GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS
 Corregedor-Geral Penitenciário do Estado

Protocolo: 119890**Portaria nº 618/2016-CGP/SUSIPE Belém, 05 de outubro de 2016.**

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO: O disposto pela Portaria nº 272/2016-CGP/SUSIPE e a Lei Estadual nº 5.810/94-RJU.
CONSIDERANDO: Os autos da Sindicância Administrativa Investigativa nº 3869/2016-CGP/SUSIPE, que apurou as circunstâncias da fuga do preso CLEITON ASSUNÇÃO PANTOJA DE SOUZA e da tentativa de outros presos, ocorrida no dia 13/05/2016 no Centro de Recuperação Penitenciário do Pará II.
CONSIDERANDO: Que a Autoridade Sindicante, após análise criteriosa e imparcial dos autos, apontou a existência de indícios de materialidade e autoria de infração disciplinar supostamente praticada pelos servidores RAIMUNDO AQUINO DA SILVA, ARTHUR ROBERTO PINTO QUEIROZ, PAULO SÉRGIO QUEIROZ, EDIVALDO DA SILVA CORDEIRO JUNIOR, JOSÉ ADIMILSON RAMOS LACERDA e JEAN DOUGLAS NASCIMENTO VASCONCELOS, razão pela qual recomendou a instauração de Processo Administrativo Disciplinar.

RESOLVE: I – Acatar, integralmente, o Relatório da Autoridade Sindicante, e determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor dos servidores RAIMUNDO AQUINO DA SILVA, ARTHUR ROBERTO PINTO QUEIROZ, PAULO SÉRGIO QUEIROZ, EDIVALDO DA SILVA CORDEIRO JUNIOR, JOSÉ ADIMILSON RAMOS LACERDA e JEAN DOUGLAS NASCIMENTO VASCONCELOS, por terem cometido, em tese, infração ao art. 177, inciso VI c/c art. 190, inciso XIX, todos da Lei Estadual nº 5.810/1994-RJU;
 II – Encaminhar cópia ao DGP para registro no assentamento funcional.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.
 GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS
 Corregedor-Geral Penitenciário do Estado

Protocolo: 119892**Portaria nº 644/2016 – CGP/SUSIPE Belém, 14 de outubro de 2016.**

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o disposto no art. 12 do Decreto Estadual nº 2.199/2010 – Regimento Interno da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará.
CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).

RESOLVE:
 I – Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, objetivando apurar a fuga de CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA SANTOS, LUCIANO CORREIA DIAS e RENILSON DE PAULA ALVES, ocorrida no dia 02/10/2016 no Centro de Recuperação Regional de Altamira – CRRALT.

II – Designar NATANAEL FURTADO DE ARAÚJO, Consultor Jurídico, para conduzir a investigação.

III – Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.
 GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado

Protocolo: 120060**Portaria nº 642/2016-CGP/SUSIPE Belém, 14 de outubro de 2016.**

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO: O disposto pela Lei Estadual nº 5.810/94-RJU.
CONSIDERANDO: Os autos das Sindicâncias Administrativas Investigativas abaixo discriminadas, que apuraram a ocorrência de supostas irregularidades administrativas e disciplinares em unidades prisionais desta SUSIPE.

CONSIDERANDO: Que a Autoridade Sindicante, após análise criteriosa e imparcial dos autos, entendeu pela ausência de

indícios de materialidade e autoria, razão pela qual recomendou o arquivamento dos feitos.

RESOLVE: I – Acatar o Relatório da Autoridade Sindicante e determinar o arquivamento da presente sindicância, com fulcro no artigo 224, caput, c/c art. 201, inciso I da Lei nº 5.810/1994-RJU;

Portaria: 188/2016. **Processo:** 3831/2016. **Assunto:** Apuração dos fatos narrados na representação da Dra. Nelma Catarina Oliveira Mártires da Costa, referentes à Central de Triagem da Cremação.

Portaria: 370/2016. **Processo:** 3902/2016. **Assunto:** Apuração das circunstâncias da fuga do preso WILTON GOMES PEREZ, ocorrida em 20/06/2016 no Centro de Recuperação Agrícola Mariano Antunes.

Portaria: 308/2016. **Processo:** 3876/2016. **Assunto:** Apuração dos fatos narrados no petição do Dr. Rodinelly Maia Abranches Gomes (OAB/PA 23.364), referente ao preso PATRICK CASTELO BRANCO E SILVA, pertencente à população carcerária Central de Triagem Metropolitana II.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.
 GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS
 Corregedor-Geral Penitenciário do Estado

Protocolo: 120054**Portaria nº 643/2016-CGP/SUSIPE Belém, 14 de outubro de 2016.**

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO: O disposto pela Lei Estadual nº 5.810/94-RJU.
CONSIDERANDO: Os autos das Sindicâncias Administrativas Investigativas abaixo discriminadas, que apuraram a ocorrência de supostas irregularidades administrativas e disciplinares em unidades prisionais desta SUSIPE.

CONSIDERANDO: Que a Autoridade Sindicante, após análise criteriosa e imparcial dos autos, entendeu pela ausência de indícios de materialidade e autoria, razão pela qual recomendou o arquivamento dos feitos.

RESOLVE: I – Acatar o Relatório da Autoridade Sindicante e determinar o arquivamento da presente sindicância, com fulcro no artigo 224, caput, c/c art. 201, inciso I da Lei nº 5.810/1994-RJU;

II – Encaminhar cópia da Decisão deste signatário e do Relatório Conclusivo às respectivas Promotorias de Execuções Penais para fins de conhecimento e providências que julgar necessárias.

Portaria: 377/2016. **Processo:** 3904/2016. **Assunto:** Apuração dos fatos narrados no Ofício n. 026/2016-MP3ªPJEP, referentes às supostas irregularidades administrativas ocorridas no Centro de Recuperação Penitenciário do Pará III.
Portaria: 171/2016. **Processo:** 3825/2016. **Assunto:** Apuração dos fatos narrados no Ofício n. 016 e 022/2016-MP/5ªPJEP/PMA, referentes à suposta não instauração de Procedimentos Disciplinares Penitenciários relativos aos presos ARLINDO BELO BRASIL, RODRIGO SILVA DE SOUZA, CASSIO ITALO SAMPAIO MAIA, JOAO PAULO ALVES DO AMARAL, MAGNO DA SILVA CUNHA, MARCENILDO MESQUITA DE SOUZA e DEIVYD GUTEMBERG CARDOSO DE CARVALHO.

Dê-se Ciência, Publique-se e Cumpra-se.
 GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS
 Corregedor-Geral Penitenciário do Estado

Protocolo: 120056**Portaria nº 648/2016 – CGP/SUSIPE Belém, 14 de outubro de 2016.**

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o disposto no art. 12 do Decreto Estadual nº 2.199/2010 – Regimento Interno da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará.
CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).

RESOLVE:
 I – Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, objetivando apurar os fatos narrados na Denúncia nº 703538, registrada no Disque Direitos Humanos, referentes ao Centro de Recuperação Regional de Breves – CRRBreves.

II – Designar JAYMERSON CARLOS PEREIRA MARQUES, Procurador Autárquico do Estado, para conduzir a investigação.

III – Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.
 GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS
 Corregedor-Geral Penitenciário do Estado

Protocolo: 120071**Portaria nº 647/2016 – CGP/SUSIPE Belém, 14 de outubro de 2016.**

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o disposto no art. 12 do Decreto Estadual nº 2.199/2010 – Regimento Interno da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará.

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).

RESOLVE:
 I – Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, objetivando apurar os fatos narrados no Memorando nº 451/2016-GAB/CRFM, de 02/09/2016, referentes aos limites de atuação de agentes prisionais masculinos no Centro de Reeducação Feminino de Marabá – CRFM.

II – Designar IDEMAR CORDEIRO PERACCHI, Procurador Autárquico do Estado, para conduzir a investigação.

III – Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.
 GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS
 Corregedor-Geral Penitenciário do Estado

Protocolo: 120069**Portaria nº 645/2016 – CGP/SUSIPE Belém, 14 de outubro de 2016.**

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o disposto no art. 12 do Decreto Estadual nº 2.199/2010 – Regimento Interno da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará.
CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).

RESOLVE:
 I – Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, objetivando apurar os fatos narrados no Termo de Declarações de JURACI FARIAS DA CRUZ, referente ao Centro de Recuperação Regional de Cametá – CRRCAM.

II – Designar ROSANGELA REBELLO DA SILVEIRA PINTO, Assessora, para conduzir a investigação.

III – Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.
 GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS
 Corregedor-Geral Penitenciário do Estado

Protocolo: 120064**Portaria nº 646/2016 – CGP/SUSIPE Belém, 14 de outubro de 2016.**

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 483/2013-GAB/SUSIPE, de 24 de junho de 2013.

RESOLVE:
 I – Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, objetivando apurar responsabilidade administrativa e funcional da servidora LORENA DE CÁSSIA NABOR SANTOS quanto aos fatos narrados no Ofício nº 166/2016/MP/3ªPJ/VD-CEAP, datado de 06 de outubro de 2016, bem como no Relatório de Correição Administrativa, ambos referentes às supostas irregularidades administrativas praticadas no Centro de Reeducação Feminino de Marabá – CRFM. Ressalta-se que a servidora incorreu, em tese, no ilícito administrativo descrito no artigo 177, incisos II, III e VI, art. 178, incisos V e XI, c/c art. 189 e art. 190, incisos IV, VIII, XIII e XX, todos da Lei nº 5.810/1994 – RJU.

II – Constituir Comissão composta pelos servidores JAYMERSON CARLOS PEREIRA MARQUES, Procurador Autárquico do Estado, Presidente, VITOR RAMOS EDUARDO, Procurador Autárquico do Estado, membro, e ANDRÉ EPIFANIO MARTINS, Procurador Autárquico do Estado, membro.

III – Deliberar que os membros da Comissão tenham dedicação exclusiva podendo se reportar diretamente aos Núcleos e Departamentos deste órgão e aos demais órgãos da Administração Pública, para as diligências necessárias à instrução do feito.

IV – Determinar à referida Comissão que obedeça ao estatuído no artigo 208, da Lei nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.
 GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS
 Corregedor-Geral Penitenciário do Estado

Protocolo: 120066